

Governança, Crescimento e os Países do Alargamento*

1. Introdução

Nas últimas décadas, a Economia Portuguesa registou um crescimento notável. Entre 1960 e o ano 2000, o PIB per capita português, medido em paridade de poder de compra, aumentou 352%, passando de 25% do PIB per capita dos Estados Unidos para 48% (Summers and Heston, 1991). Embora o ritmo de crescimento tenha abrandado após o primeiro choque petrolífero, esse fenómeno foi comum à maior parte das economias ocidentais. Nos últimos 20 anos, a Economia Portuguesa manteve-se entre as que mais cresceram na OCDE (ver Quadro 1).

Há quem afirme que o facto de Portugal ter crescido tão depressa não é um grande feito. Que, uma vez que partimos de um nível muito baixo, esse seria o resultado esperado. Neste artigo, procuramos contestar essa ideia. Se Portugal cresceu o que cresceu, tal foi o resultado de um conjunto de factores favoráveis, muitos dos quais decorrentes da opção de participar nos movimentos de integração europeia. Isso não significa que a participação na UE constitua um passaporte para um maior nível de vida. A comparação com a Grécia ilustra bem esse facto. Além disso, se no passado o processo de integração marcou decisivamente a agenda de reformas, não é evidente que o mesmo venha a acontecer no futuro. E no entanto, a participação num espaço económico com plena mobilidade do capital exige uma postura reformista muito agressiva por parte das autoridades económicas.

Este artigo discute a evolução recente da Economia Portuguesa, numa perspectiva orientada para a política económica. Na secção 2 realça-se a importância das instituições e das políticas públicas no processo de convergência. Na secção 3 discute-se o recente surto de

* Miguel Lebre de Freitas. Universidade de Aveiro, Campus Universitário, 3810-193 Aveiro, Portugal. Tel: 351-93-8488628. Fax: 351-234-370215. E-mail: afreitas@egi.ua.pt.

crescimento económico em Portugal, à luz dessas ideias. Na secção 4 avalia-se em que medida alguns dos obstáculos ao crescimento tem tido atenção suficiente por parte das autoridades económicas. Na secção 5 perspectivam-se as dificuldades para a Economia Portuguesa decorrentes do alargamento, tendo em conta as condicionantes em análise. Na Secção 6 apresentam-se as conclusões.

2. Governança e crescimento

A ideia de que a difusão tecnológica e a mobilidade do capital proporcionam às economias mais atrasadas um veículo de convergência tem uma longa tradição na teoria económica (pelo menos, desde David Hume, 1758). Mas na realidade, não se observa uma tendência geral para as economias mais pobres crescerem mais depressa (ver, por exemplo, De Long, 1988). Embora algumas economias (entre as quais Portugal), se tenham aproximado de forma sustentada do clube dos ricos, no último século a maior parte dos países pobres permaneceu pobre. Essa constatação levou alguns autores a propor versões mais fracas de convergência, segundo as quais a aproximação das economias mais pobres ao nível de rendimento das economias mais ricas depende de um conjunto de variáveis socio políticas, que determinam o ambiente económico e o sistema de incentivos no qual os indivíduos investem e produzem (entre outros, vejam-se Easterly, 2002, Hall and Jones, 1999, Parente and Prescott, 1994, Barro and Sala-i-Martin, 1997)¹.

De acordo com essas teorias, a acumulação de factores e a permeabilidade das economias à inovação tecnológica estão relacionadas com a qualidade das suas "infra-estruturas

¹ Na verdade, a importância das instituições tem sido há muito tempo salientada pelos historiadores, nomeadamente pelo Prémio Nobel da Economia de 1993, Douglas North (um texto de referência é North, 1990).

sociais", que incluem políticas públicas e instituições, ou "Governança"². Uma determinada infra-estrutura social será favorável ao crescimento se, contribuindo para uma utilização mais eficiente dos recursos, promover o esforço, o investimento e a adopção de novas tecnologias. Nos países onde a política e as instituições não proporcionam os incentivos correctos, muito do esforço de investimento resulta em desperdício. Entre as barreiras ao crescimento, contam-se as que decorrem da intervenção formal (proteccionismo, impostos, excesso de regulamentação), da ausência de intervenção (externalidades, abusos de posição dominante), de actividades de procura de renda (grupos de interesse, corrupção) e de falhas no fornecimento de infra-estruturas básicas (justiça, segurança, paz social).

3. O crescimento económico português, mais uma vez

A evolução recente da Economia Portuguesa está intimamente ligada ao processo de construção europeia. Não é por acaso que o surto de crescimento se iniciou nos anos 60. Foi nessa altura que Portugal aderiu à EFTA e ao GATT, abandonando definitivamente a política de substituição de importações. Desde então, o processo de abertura teve várias etapas: o tratado EFTA-CEE em 1971, a CEE em 1986, o mecanismo de câmbios do SME em 1992, a mobilidade de bens e factores em 1993, a UEM em 1999.

Para além dos benefícios decorrentes da maior estabilidade monetária e da exposição à concorrência externa, os compromissos assumidos nos *fora* internacionais obrigaram os sucessivos governos a efectuar reformas essenciais. Esses compromissos funcionaram como uma "pressão virtuosa", no sentido em que contribuíram para legitimar internamente reformas que de outra forma teriam sido menos consensuais. Desde a eliminação do Condicionamento

² A palavra "Governança" foi usada sem adjectivação e com sentido depreciativo por Eça de Queirós. Por esse motivo, há hoje quem prefira usar o termo "Governancia" - que não consta no dicionário - ou simplesmente, "Governação" - que consta, mas cujo significado é menos abrangente. Mantendo-nos fieis ao dicionário, preferimos acreditar que as palavras são recuperáveis, bastando para isso distinguir a "boa governança" de "má governança".

Industrial à liberalização financeira dos anos 80, passando pelas privatizações e pelo desmantelamento de monopólios, a satisfação dos critérios de Maastricht e, em geral, a transposição para a legislação portuguesa do *Acquis Communautaire*, as reformas sucederam-se a um ritmo alucinante. Essas reformas ajudaram a preparar a economia portuguesa para o novo enquadramento institucional e indiscutivelmente alimentaram o processo de crescimento.

Com isto, não pretendemos defender que tudo tenha sido excelente. Pelo contrário, os dados de que dispomos sugerem que Portugal poderia ter crescido mais depressa se as autoridades económicas tivessem dado mais atenção a algumas condicionantes de índole estrutural. Para ilustrar, no Quadro 2 apresentamos uma contabilidade de crescimento, baseada nos resultados de uma regressão que efectuamos em Freitas (2002). Na tabela, o diferencial de crescimento entre Portugal e, respectivamente, a Irlanda, a Espanha e a Grécia ao longo de 1980-2000 é explicado com base nas diferenças iniciais observadas em quatro variáveis (detalhes e fontes no quadro): (i) uma medida de qualidade dos recursos humanos, que também pode captar diferenças na tecnologia; (ii) uma medida de flexibilidade económica (centramos a análise na adaptabilidade do mercado de trabalho, por ser a mais importante, embora também existam impedimentos à mobilidade inter-sectorial do capital); (iii) uma medida de desenvolvimento institucional e (iv), o PIB per capita inicial. A variável (iv) capta o "efeito convergência" ou a "vantagem do atraso", enquanto as variáveis de política procuram controlar os diferentes patamares de rendimento relativo para onde as economias se dirigem. A taxa de poupança e de participação não foram incluídas na análise, por forma a podermos captar o efeito global das variáveis de política, independentemente de o mecanismo ser via investimento e participação ou via produtividade. A análise centra-se apenas nos países da OCDE, por forma a ignorar a influência de variáveis como protecção aduaneira, a geografia, a presença de regimes autoritários ou a incidência da malária, que, para nós, são irrelevantes. De acordo com a estimação, aquelas quatro variáveis explicam mais de 70% da variância das taxas de crescimento dos países da OCDE.

De acordo com o Quadro 2, o facto de Portugal ter crescido a um ritmo bastante inferior ao da economia irlandesa (menos 1.62% ao ano) explica-se, pela menor qualidade inicial dos seus recursos humanos (que terá tido um impacto diferencial de -0.83% ao ano), pela maior rigidez das leis laborais (-0.93%) e pelo menor nível de desenvolvimento institucional (-0.24%). Esses três efeitos mais do que compensaram a "vantagem do atraso" económica português, que isoladamente daria uma aproximação relativamente à Irlanda ao ritmo de 0.88% ao ano. O modelo não explica 0.5% da diferença de crescimento entre os dois países.

Relativamente à Espanha e à Grécia, não obstante aqueles países usufruírem leis laborais mais flexíveis, como no início dos anos 80 Portugal apresentava melhores indicadores de qualidade institucional e de disponibilidade de recursos humanos qualificados e também um menor nível de rendimento per capita, tinha à partida perspectivas de maior crescimento, o que aliás se veio a verificar.

4. A actuação recente tem sido favorável ao crescimento?

É importante notar que, na contabilidade do Quadro 2, as variáveis explicativas reportam aos anos 80. A causalidade lê-se, pois, da situação inicial para o crescimento económico subsequente (1980-2000). Sendo assim, e admitindo que no futuro as condicionantes serão as mesmas, pode-se questionar até que ponto a sua evolução no passado recente permite perspectivar favoravelmente o crescimento futuro.

Não dispondo de uma medida actual de qualidade institucional comparável à do Quadro 2, apresentamos no Quadro 3 alguns indicadores sobre a qualidade da governança, construídos por Kaufman e outros (1999). O quadro reporta o número de ordem de cada um dos países da coesão e dos candidatos ao alargamento, num universo de 154 países, em várias indicadores de Governança. As colunas (1) e (2) medem a capacidade do governo para formular e implementar políticas económicas saudáveis. As colunas (3) e (4) avaliam a confiança dos cidadãos nas

instituições que regulam as interações económicas. As colunas (5) e (6) captam a forma como o Governo é escolhido, controlado e substituído. Embora os primeiros quatro itens tenham uma relação mais directa com a produtividade, em última análise a eficácia das políticas e o desenho das instituições dependem da forma como o poder político responde perante a Sociedade. A medida de qualidade institucional usada no Quadro 1 compreende aspectos de (1), (3) e (4). A flexibilidade das leis laborais é uma sub-rúbrica de (2).

No Quadro 3, Portugal aparece pior classificado do que a Irlanda e melhor do que a Grécia em todos os indicadores. Relativamente à Espanha, Portugal está melhor em todos os indicadores menos um. Em geral, Portugal apresenta um nível de desenvolvimento institucional que compara bem, quer com os países da coesão, quer com os candidatos ao alargamento. Embora estas comparações não dêem suporte a teses catastróficas sobre a evolução da Economia Portuguesa, é preciso ter em conta o nível de agregação. A um nível mais desagregado, as comparações internacionais revelam a existência de constrangimentos importantes na Economia Portuguesa, nomeadamente ao nível do funcionamento da justiça, da qualidade da burocracia e da aplicação da Lei da Concorrência (ver, por exemplo, o WCY, 2001). Além disso, embora os países que agora entram na UE tenham um grau de desenvolvimento institucional ainda baixo, muitos deles estão a progredir rapidamente. Por conseguinte, um menor ímpeto reformista nestas áreas resultará necessariamente em perda de competitividade.

Uma dimensão onde a política económica tem deixado muito a desejar é, certamente, a legislação laboral. A Figura 1, que compara a rigidez das leis laborais em diversos países, ilustra bem como tem evoluído a competitividade da Economia Portuguesa nesse domínio. Apesar de uma ligeira melhoria, Portugal continua a ser o país da OCDE que mais restringe a mobilidade do trabalho. Em termos relativos a situação de Portugal até piorou, pois alguns países anteriormente pouco competitivos (veja-se a Espanha) encetaram entretanto reformas profundas no mercado de trabalho.

A menor competitividade da Economia Portuguesa nessa matéria reflecte-se em perdas de eficiência a vários níveis. Por um lado, ao enfraquecer a ameaça de despedimento como mecanismo dissuasor de comportamentos perversos, a lei promove a baixa produtividade e o absentismo. Esse efeito é particularmente significativo na Administração Pública, onde em conjugação com regras de promoção pouco relacionadas com o mérito, tem implicações óbvias ao nível da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Por outro lado, ao onerar os despedimentos, a Lei restringe a capacidade de ajustamento da economia aos choques reais. Os trabalhadores são induzidos a permanecer demasiado tempo nas empresas em declínio, em lugar de procurarem alternativas de maior produtividade. Isto, para não falar na injustiça relativa que a protecção excessiva em determinados segmentos da força de trabalho representa para os outros segmentos, onde por vezes os trabalhadores são forçados a manter situações de precariedade muito para além do que seria socialmente desejável.

Não obstante a necessidade de mudar a legislação do trabalho ser reconhecida, o processo político em Portugal revela-se adverso à realização de uma reforma profunda nessa matéria. Perante a grande resistência da opinião pública, as iniciativas governamentais têm-se pautado por propostas pouco ambiciosas, não permitindo perspectivar uma solução rápida para o problema. No entanto, num contexto em que a mobilidade das pessoas é menor do que a mobilidade do capital, a menor competitividade em matéria de legislação laboral, paga-se com crescimento inferior e salários mais baixos.

Finalmente, no Quadro 4 apresentam-se alguns dados relativos à qualidade dos recursos humanos (WCY, 1991 e 2001). Para cada variável, o quadro mostra a posição relativa de Portugal, Espanha e Hungria, num universo de 33 países (na realidade, em 2001 há dados para 49 países, mas apenas considerámos os 33 que constavam no relatório de 1991). Os dados revelam que, embora em 1991 Portugal estivesse melhor classificado do que Espanha e a Hungria em 5 dos 6 indicadores, nos 10 anos seguintes foi ultrapassado em toda a linha. Em 2001 Portugal estava na cauda da tabela em qualquer dos indicadores. Nomeadamente, ocupava a 32ª posição (44ª em 49 países) na qualidade do sistema educativo, a 32ª posição (43ª) na

disponibilidade de trabalhadores qualificados e a 32ª posição (44ª) em empreendedorismo. Estes indicadores são, naturalmente, muito parciais, mas procuram apenas ilustrar um fenómeno que é sobejamente conhecido no nosso país.

Naturalmente, o Estado Português terá alguma responsabilidade na evolução da competitividade em matéria de capital humano. Tanto mais não seja, porque regula o sistema de ensino formal e gere o acesso ao Fundo Social Europeu. Mas, eventualmente não estará sozinho. Seja porque o sistema de incentivos não é favorável ou por motivos de índole cultural, o que é certo é que as empresas portuguesas não dão atenção suficiente à formação de recursos humanos. Ainda de acordo com o WCY, em 2001 Portugal estava na 46ª posição (em 49 países) no que respeita à prioridade atribuída pelas empresas à formação profissional.

5. O choque do alargamento

A falta de competitividade do mercado de trabalho português é tanto mais inquietadora, como é certo que as próximas duas décadas se vão desenrolar num cenário de maior competição internacional do que as duas décadas anteriores. Por um lado, o processo de globalização e o movimento geral de liberalização das trocas comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio tendem a aproximar cada vez mais as economias. Por outro lado, dentro da União Europeia, Portugal enfrentará uma competição acrescida por parte de países que concorrem directamente nos seus segmentos tradicionais de exportação (Barry et al, 2003).

No longo prazo, é de esperar que o alargamento dos mercados e a possibilidade de importar trabalhadores mais qualificados que os nossos resultem em benefícios para a Economia Portuguesa. A curto e médio prazo, no entanto, poderão existir custos de ajustamento significativos. E esses custos serão tanto maiores, quanto menos especializada for a força de trabalho e menor a mobilidade inter-sectorial do factor trabalho.

De facto, quanto menos qualificada for a mão-de-obra, maior a sua substitutibilidade do ponto de vista da produção. Sectores onde a qualidade da mão-de-obra é pouco relevante são também os sectores onde as decisões de localização por parte das empresas são mais sensíveis a pequenas alterações nos custos da mão-de-obra ou na envolvente institucional. Quando, em alternativa, a mão-de-obra é muito especializada, o capital fica mais limitado na possibilidade de migração. Além disso, um choque real da dimensão do alargamento vai ditar o desaparecimento de algumas indústrias e criar novas oportunidades em outras indústrias. Se a transição dos trabalhadores dos sectores em decadência para os sectores mais dinâmicos for retardada, a economia permanecerá mais tempo a laborar abaixo do seu potencial.

No actual contexto em que se insere a Economia Portuguesa, seria desejável uma resposta enérgica por parte das autoridades económicas. Se a mobilidade sectorial for promovida, apostando-se mais na formação e na reciclagem dos trabalhadores (nomeadamente, os desempregados) e menos nos subsídios às empresas, os custos reais serão mais baixos. Se se insistir numa política de apoio às empresas em dificuldades como forma de evitar o aumento do desemprego, o ajustamento será mais lento e a produtividade agregada será necessariamente menor.

6. Conclusões

A notável trajectória de crescimento da Economia Portuguesa ao longo das últimas décadas é indissociável do processo de integração europeia. A necessidade de cumprir metas e satisfazer compromissos internacionais comprometeu a agenda política com uma série de reformas, que contribuíram para alterar as mentalidades, as formas de organização, desenvolver as instituições e aumentar a qualidade da política económica em geral. Mas subsistem motivos de preocupação. Ao nível institucional, embora Portugal não esteja na cauda da Europa, é necessário dar mais atenção à qualidade da burocracia, ao combate à corrupção e à aplicação da Lei, em geral. É, no entanto, ao nível do mercado de trabalho onde se detectam os maiores

constrangimentos. Por um lado, as leis laborais em Portugal continuam a ser as mais rígidas da OCDE e as reformas encetadas até agora têm-se revelado pouco ambiciosas. Por outro lado, não obstante os elevados recursos públicos despendidos, quer no sistema de educação formal, quer no apoio à formação profissional, os resultados alcançados são, no mínimo, desapontantes. Esses constrangimentos podem afectar a capacidade de crescimento da economia no futuro, num quadro de globalização irreversível e de incremento da competição dentro da própria União Europeia.

A transição incompleta da Economia Portuguesa pode constituir uma lição relevante para os países que agora aderem à União Europeia. Se durante as sucessivas etapas do processo de integração foi fácil mobilizar a opinião pública e gerar consensos para efectuar reformas difíceis, uma vez consumada a adesão ao euro, a “pressão virtuosa” praticamente desaparece. Pela primeira vez em muitos anos, não há um grande desígnio nacional a mobilizar a sociedade portuguesa. Da “pressão virtuosa”, pouco mais resta que o Pacto de Estabilidade e de Crescimento e esse, embora importante, tem objectivos demasiado circunscritos para poder constituir pedra basilar de uma política económica que se preze.

Num contexto de menor incidência da “pressão virtuosa”, os interesses estabelecidos ganham margem de manobra para organizar a sua resistência. A temporização do processo de liberalização deve, pois, ser acautelada. Se o essencial das reformas estiver concluído quando se cumpre a União Económica e Monetária, os benefícios da mobilidade do capital são potenciados. Quando não, o mais natural é a guerra de atrito arrastar-se no tempo, sujeitando a economia a salários baixos e a uma convergência mais lenta.

Referências

- Barro, R. and Sala-i-Martin, X. , 1997. "Technological diffusion, convergence and growth", *Journal of Economic Growth*, 2, 1-26.
- Barry, F. , Crespo, N. and Fontoura, P. , 2003. "EU Enlargement and the Portuguese Economy", forthcoming as Working Paper at ISEG, Lisbon.
- De Long, J., 1988. "Productivity Growth, Convergence and Welfare: Comment", *American Economic Review* 78 (5), 1138-1154.
- Easterly, W. , 2002. *The Elusive Quest for Growth: Economists Adventures and Misadventures in the Tropics*. The MIT Press, Cambridge University Press.
- Freitas, M., 2002. "Portuguese Economic Growth Re-Examined: an Anti-Fado Manifesto", a sair em Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu: Determinantes e Políticas, Banco de Portugal.
- Hall, R., and C. Jones, 1999. "Why do some *countries produce so much more output per worker than others?*", *The Quarterly Journal of Economics* 114 (1), 83-116.
- Hume, D. , 1758. *Essays and Treatie's on several subjects*, London: A. Millar.
- Kaufmann, Daniel, Aart Kraay and Pablo Zoido-Lobaton, 1999. "Governance Matters". World Bank Policy Research Department Working Paper No. 2196.
- North, D., 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge UK: Cambridge University Press.
- OECD, 1999, *Employment Outlook*. Paris, June.
- Parente, S. and Prescott, P. , 1994. "Barriers to technology adoption and development", *Journal of Political Economy* 102(2), 298-321.
- Sachs, J. D. and Warner, A. , 1997. "Fundamental sources of long-run growth". *American Economic Review*, Papers and Proceedings, May.
- Summers, R. and Heston, A. 1991. "The Penn World Table: an Expanded Set of International Comparisons 1950-1988", *Quarterly Journal of Economics*, 327-368.
- The International Institute for Management Development, *The World Competitiveness Yearbook*, Lawsanne, Switzerland, vários números.

Quadro 1

PIB per capita e PIB por trabalhador (taxas de crescimento em PPP constantes e número de ordem em 25 países da OCDE)

País	PIB per capita		PIB por trabalhador	
	Tx de crescim.	Num. ordem	Tx de crescim.	Num. ordem
Coreia do Sul	6.0	1	4.9	1
Irlanda	4.6	2	3.4	2
Luxemburgo	4.1	3	2.5	6
Portugal	2.7	4	2.8	3
Espanha	2.5	5	1.7	13
Noruega	2.4	6	2.0	10
Japão	2.3	7	2.1	7
Estados Unidos	2.3	8	1.6	18
Filândia	2.2	9	2.8	4
Turquia	2.2	10	2.7	5
Italia	1.8	16	1.5	19
Grécia	1.0	24	0.7	24

Notas: Consideraram-se 25 países na ordenação: Coreia do Sul, Portugal, Luxemburgo, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Islândia, Países Baixos, Áustria, Finlândia, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Canada, Turquia, Noruega, Austrália, Nova Zelândia e Suíça.

Fonte: Comissão Europeia.

Quadro 2

Diferencial de crescimento entre Portugal e os outros países da coesão (1980-2000)

	Irlanda	Espanha	Grécia
Crescimento diferencial	-1.62	0.26	1.62
Estimado:	-1.12	0.61	1.34
<i>Do qual:</i>			
"Efeito Convergência"	0.88	0.70	1.05
Recursos humanos	-0.83	0.13	0.08
Adaptabilidade	-0.93	-0.26	-0.67
Qualidade das Instituições	-0.24	0.04	0.88
Residuo	-0.50	-0.35	0.28

Fonte: Cálculos efectuados, com base na Equação IV, Quadro 5, em Freitas (2002). Variável dependente: Crescimento Diferencial (diferença entre as taxa de crescimento médias do PIB por indivíduo com idade para trabalhar em Portugal e em cada um dos países da Coesão). Variáveis dependentes: O "Efeito Convergência" é captado pelo nível do PIB por indivíduo com idade para trabalhar em 1980; a qualidade dos Recursos Humanos é medida pelo indicador "Disponibilidade de Trabalhadores Especializados", do International Institute for Management Development (1991). A adaptabilidade do mercado de trabalho é medida pelo índice "Protecção dos trabalhadores contra os despedimentos" em finais dos anos 80 (OCDE,1999). A qualidade das instituições é medida pelo índice composto de Sachs and Warner (1997), construído com base num conjunto de indicadores que medem (i) a eficácia da justiça, (ii) a burocracia, (iii) a corrupção, (iv) o respeito pela propriedade privada e (v) a credibilidade dos compromissos assumidos pelo Estado.

Quadro 3

Qualidade da Governança (final dos anos 90)

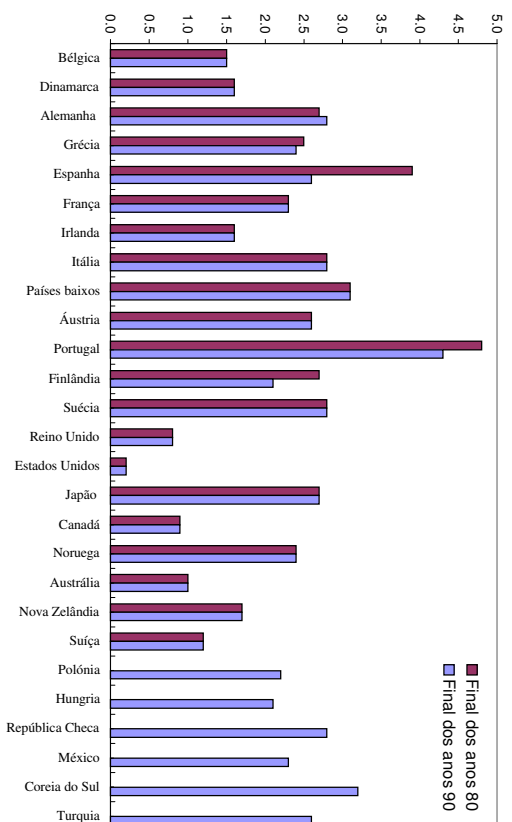
Número de ordem em 154 países

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	Eficácia do Estado	Carga Regulatória	Cumprimento da Lei	Corrupção	Responsabilização	Instabilidade Política
Irlanda	17	6	17	16	9	4
Portugal	23	20	25	22	12	10
Espanha	10	25	28	23	21	43
Chipre	24	28	33	10	28	53
Hungria	37	26	42	34	24	18
Malta	35	58	35	40	18	13
Eslovénia	39	50	38	25	32	24
Polónia	31	47	49	42	31	31
República Checa	38	45	48	45	23	34
Estónia	48	33	51	35	39	35
Grécia	40	41	53	26	30	65
Letónia	60	52	65	78	48	49
Eslováquia	71	83	67	57	44	41
Lituânia	58	90	62	56	42	58
Bulgária	127	51	83	107	51	51
Roménia	112	77	78	96	57	76
Turquia	100	42	71	88	125	128

Fonte: Os dados originais são de Kaufman e outros (1999). A ordenação efectuada respeita a um universo de 154 países. Notas: A coluna (1) agrega medidas sobre a qualidade do serviço público, incluindo percepções sobre a competência dos funcionários públicos, a qualidade da burocracia, a independência da administração relativamente ao poder político e a credibilidade dos compromissos assumidos pelo Estado. A Coluna (2) mede a qualidade das políticas, nomeadamente o excesso de regulamentação e políticas contrárias ao funcionamento do mercado, incluindo controlos de preços e supervisão insuficiente. A Coluna (3) mede a confiança dos agentes económicos na Lei e na sua aplicação, incluindo percepções sobre a eficácia dos tribunais e o cumprimento dos contratos. A Coluna (4) mede as percepções sobre o nível de corrupção. A Coluna (5) mede o grau de participação dos cidadãos na escolha do Governo, incluindo liberdades cívicas, direitos políticos e independência da comunicação social. A Coluna (6) mede a instabilidade política, isto é, a probabilidade de o governo ser influenciado ou demitido por métodos inconstitucionais.

Figura 1

Grau de protecção ao emprego



Fonte: OCDE (1999).

Quadro 4

Qualidade dos Recursos Humanos

Posição relativa em 33 países

	Portugal		Espanha		Hungria	
	2001	1991	2001	1991	2001	1991
Qualidade do sistema educativo	32	19	19	21	9	28
Disponibilidade de trabalhadores especializados	32	23	26	28	17	17
Disponibilidade de engenheiros qualificados	31	18	16	23	2	20
Motivação dos trabalhadores	30	21	26	33	22	32
Disponibilidade de gestores competentes	29	26	22	27	21	31
Iniciativa empresarial	32	30	28	22	14	33

Fonte: The World Competitiveness Yearbook, 2001, 1991. Países considerados na ordenação: Austrália, Austria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Brasil, Hong Kong, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, México, Singapura, Formosa, Tailândia.